



A INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS SOCIAIS: um estudo sobre a Política Nacional para População em Situação de Rua e os desafios à sua materialização

Rafaela Barbosa de Oliveira, Valter Martins

Os moldes de gestão das políticas públicas, especialmente aquelas de combate à pobreza tem se transformado nos últimos anos. Diante dessas transformações, surge o desafio de implementação da intersectorialidade, como um modelo de gestão capaz de contribuir para o atendimento integral do cidadão, para a ampliação da cidadania e necessário para superar a fragmentação presente historicamente na gestão e implementação das políticas públicas. Sendo assim, o presente estudo, teve como objetivo, analisar as contribuições da intersectorialidade na implementação da Política Nacional para População em Situação de rua (PNPSR), identificando o debate atual sobre intersectorialidade nas políticas sociais, além de, buscar compreender como ocorreu o processo de construção da PNPSR e analisar como a intersectorialidade se apresenta nesta política, apontando os desafios impostos à sua materialização. Para tanto, baseou-se em pesquisa bibliográfica, realizada em consultas à artigos e livros, publicados sobre a intersectorialidade nas políticas sociais, como também nas legislações que versam sobre os direitos da população em situação de rua, e ainda, na pesquisa documental, realizada nos documentos produzidos durante o estágio no Centro Pop. A partir das análises realizadas, compreendeu-se que a intersectorialidade se apresenta na PNPSR, como elemento central para a sua implementação e efetivação como política garantidora de direitos não contributivos, direcionada à ampliação do acesso da população em situação de rua às políticas sociais. Além disso, identificou-se alguns desafios que têm dificultado a efetivação da intersectorialidade no âmbito desta política, como: o perfil da população em situação de rua, excluída do acesso às políticas públicas; a insuficiência e a ausência de ações direcionadas à população em situação de rua, no âmbito das políticas públicas e a centralidade atribuída a política de Assistência Social no atendimento a essa população. Diante disso, percebe-se que, 7 anos após a sua instituição, a proposta intersectorial para a implementação da PNPSR, está em processo de construção, e ainda há muito o que avançar, para que a população em situação de rua seja efetivamente reconhecida como sujeito de direitos.

Palavras-chave: Intersectorialidade, População em situação de rua, Políticas públicas.

Instituição de fomento: UFF